

ATA NÚMERO 66/XII/ 1.ª SL

Aos 8 dias do mês de fevereiro de 2012, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, sobre o regime jurídico aplicável à salvaguarda de interesses estratégicos nacionais no âmbito da Lei-Quadro das Privatizações.
 2. Apreciação e votação das atas n.ºs 63 e n.º 64.
 3. Fixação da redação final do Decreto referente à Proposta de Lei n.º 40/XII/1.ª (GOV) - "Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso".
 4. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, sobre o processo de reestruturação do BPN.
 5. Deliberação sobre as auditorias a solicitar ao Governo e ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2011.
 6. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 139/XI/2.ª, de iniciativa do Sindicato Democrático dos Professores da Madeira e outros: "*Pretendem que as actuais medidas de redução dos salários dos funcionários públicos/professores constantes do OE2011, sejam anuladas*". Relatora - Deputada Isabel Santos (PS).
 7. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição nº 147/XI/2ª, de iniciativa de Mário Rui da Rocha Cardoso e outros: "*Pretendem que na declaração do IRS seja possível deduzir as despesas de saúde havidas com animais domésticos*". Relator - Deputado Honório Novo (PCP).
 8. Outros assuntos.
-

1. Audição da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, sobre o regime jurídico aplicável à salvaguarda de interesses estratégicos nacionais no âmbito da Lei-Quadro das Privatizações.

O Senhor Presidente da Comissão começou por dar as boas vindas à Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, contextualizando a audição na aprovação, pela Comissão, de um requerimento do Grupo Parlamentar do PS, sobre o regime jurídico aplicável à salvaguarda de interesses estratégicos nacionais no âmbito da Lei-Quadro das Privatizações.

De seguida, interveio o Senhor Deputado João Galamba (PS), que apresentou o Requerimento, o seu teor e fundamentação, após o que a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças usou da palavra para responder às questões colocadas.

Terminada a intervenção, o Sr. Presidente abriu uma primeira ronda de intervenções, na qual usaram da palavra os Senhores Deputados João Galamba (PS), Afonso Oliveira (PSD), Vera Rodrigues (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, intervindo, após cada intervenção, para responder às questões colocadas.

Em sede de segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Jesus Marques (PS), Afonso Oliveira (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças respondido, em bloco, às diferentes intervenções efetuadas.

Enfim, no âmbito da terceira ronda de intervenções, usou da palavra o Senhor Deputado João Galamba (PS), tendo a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças respondido à referida intervenção.

A audição foi gravada em suporte áudio e vídeo, que fazem parte integrante da presente ata. O vídeo da audição e outra informação encontram-se disponíveis no [sítio internet](#) da Assembleia da República.

Posteriormente, e por consensualização de todos os Grupos Parlamentares, a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças apresentou a [Proposta de Lei n.º 43/XII.ª \(GOV\)](#) – Altera o Decreto-Lei n.º 95/2006, de 29 de maio, no que respeita à resolução dos contratos relativos a serviços financeiros prestados a consumidores celebrados através de meios de comunicação à distância e transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de setembro de 2002, relativa à comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores, à qual se seguiu um breve debate, no âmbito do qual intervieram os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Pedro Jesus Marques (PS), Honório Novo (PCP), Pedro Filipe Soares (BE) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), nomeadamente a propósito dos pareceres das entidades consultadas pelo Governo e, ainda, sobre a redação da referida iniciativa.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 63 e n.º 64.

As atas n.ºs 63 e 64, referentes, respetivamente, às reuniões de 1 e 2 de fevereiro, foram aprovadas por unanimidade, após sugestão de correções de redação à ata n.º 63, apresentadas pelo grupo parlamentar do PSD.

3. Fixação da redação final do Decreto referente à Proposta de Lei n.º 40/XII/1.ª (GOV) – "Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso".

Foram aprovadas por unanimidade, além da fórmula inicial e demais elementos formais constantes da Informação n.º 15/DAPLEN/2012, as sugestões referentes ao título do projeto de decreto, aos n.º 1 e 2 do artigo 2.º do projeto de decreto, ao corpo do artigo 3.º do projeto de decreto, à subalínea vi da alínea f) do artigo 3.º do projeto de decreto, ao artigo 6.º do projeto de decreto e ao artigo 12.º do projeto de decreto.

A Comissão deliberou, igualmente por unanimidade, manter a redação originária da alínea c) do artigo 3.º [nomeadamente a definição de passivo e as subalíneas dela constantes, às quais o Legislador entendeu acrescentar a alínea iii) requisito estatutário por adaptação ao ordenamento jurídico interno], pelo facto de a redação se reportar à Norma Internacional de Contabilidade 37, constante do Regulamento n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro de 2008, que *adopta determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho (Texto relevante para efeitos do EEE)*, bem como do n.º 3 do artigo 9.º, por coerência com as definições contabilísticas vigentes".

4. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do BE para audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, sobre o processo de reestruturação do BPN.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) apresentou o Requerimento, dando conta da sua fundamentação e premência, após as declarações prestadas pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento em reunião anterior da Comissão. No período de debate, intervieram os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) efetuado o encerramento. O requerimento foi, de seguida, votado e rejeitado com os votos favoráveis do PS, PCP e BE e contra do PSD e do CDS-PP.

5. Deliberação sobre as auditorias a solicitar ao Governo e ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2011.

A pedido do grupo parlamentar do PSD, o presente ponto foi adiado por uma semana.

6. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 139/XI/2.^a, de iniciativa do Sindicato Democrático dos Professores da Madeira e outros: "Pretendem que as actuais medidas de redução dos salários dos funcionários públicos/professores constantes do OE2011, sejam anuladas". Relatora – Deputada Isabel Santos (PS).

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) apresentou o relatório da Petição, dando conta das diligências efetuadas e do parecer constante do relatório. Tendo o Senhor Deputado Miguel Frasquilho (PSD) e a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) saudado o trabalho desenvolvido pela Senhora Deputada relatora, foi o relatório submetido a votação e aprovado por unanimidade.

7. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 147/XI/2.^a, de iniciativa de Mário Rui da Rocha Cardoso e outros: "Pretendem que na declaração do IRS seja possível deduzir as despesas de saúde havidas com animais domésticos". Relator – Deputado Honório Novo (PCP).

O Senhor Deputado Honório Novo (PCP) apresentou o relatório da Petição, bem como das diligências efetuadas e do parecer dele constante. O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) saudado o trabalho desenvolvido pelo Senhor Deputado relator, foi o relatório submetido a votação e aprovado por unanimidade.

8. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) subscreveu a intervenção do Senhor Presidente da Comissão, na reunião da véspera, sobre os cumprimentos ao Dr. Carlos Marinheiro, pelo trabalho desenvolvido na UTAO, formulando votos de felicidades no desempenho das novas funções no Conselho de Finanças Públicas.

A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) informou a Mesa que o [Projeto de Resolução 207/XII/1.^a \(CDS-PP\)](#) seria para encaminhar para discussão em Plenário.

A reunião foi encerrada pelas 13:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de fevereiro de 2012

O PRESIDENTE

EDUARDO CABRITA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
Honório Novo
Isabel Santos
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Batista Santos
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Jorge Paulo Oliveira
Maria das Mercês Borges
Nuno Serra
Paulo Sá
Pedro Silva Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina
Nuno Reis
Pedro Nuno Santos